

Ramos de Sá, Francielly. *Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará;*

Mamede, Mário Pereira. *Pós-graduado em Arqueologia e Patrimônio Cultural pelo Instituto Souza
Historiador pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Pós-graduado em História do Brasil e Goiás –
Universidade Federal de Goiás. Arqueólogo da Inside Consultoria Científica.*

Veiga e Silva, Wagner Fernando. *Pós-graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Pará;
Arqueólogo da Inside Consultoria Científica.*

Panorama da salvaguarda do patrimônio arqueológico do empreendimento de mineração do projeto Amapari, atual projeto Tucano Gold.

Resumo

O presente documento objetiva apresentar os resultados da avaliação técnica realizada pela Inside Consultoria Científica (INSIDE) sobre políticas e medidas de salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico da área de abrangência do projeto Amapari. O projeto é resultado de um empreendimento de mineração situado no município de Pedra Branca do Amapari, porção centro-oeste do Estado do Amapá, inicialmente executado pelas empresas Mineração Itajobi, Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA) e, atualmente, está sob responsabilidade da empresa Beadell Brasil (BEADELL), sendo denominado Projeto Tucano Gold.

Nesse contexto, na condição de consultores da INSIDE e levando em consideração aspectos teóricos, metodológicos, temporais e legais, analisamos as práticas e parâmetros técnicos envolvendo a execução do programa de arqueologia que subsidiou a salvaguarda do patrimônio arqueológico do referido projeto entre 2005 e 2019, bem como os utilizados para ponderar o grau de integridade e depredações desse patrimônio no contexto dessa salvaguarda, conforme apurado na Ação Civil Pública nº 6502-40.2016.4.01.3100, ajuizada em 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a BEADELL, a Zamin Amapá Mineração S.A. (ZAMIN) e o Estado do Amapá, e em trâmite perante a 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amapá.

Palavras Chaves: Arqueologia. Patrimônio Cultural. Mineração.

1. Introdução

A política de salvaguarda do patrimônio arqueológico da área do projeto Amapari teve início em 1999 com a execução de um Diagnóstico Arqueológico por ocasião da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento de mineração da empresa Mineração Itajobi¹.

Neste período, os instrumentos legais que regulamentavam a salvaguarda do patrimônio arqueológico no Brasil eram:

a) Lei n. 3.924 de 26 de julho de 1961² que regulamentou quais objetos deveriam ser enquadrados como monumentos arqueológicos ou pré-históricos; bem como os procedimentos para aquisição de anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para licenciamento arqueológico, dada sua condição de órgão controlador da salvaguarda cultural no país; além dos cuidados para estudo e transporte interno e externo ao país de artefatos arqueológicos e, ainda; estabeleceu infrações impostas a quem desrespeitar os procedimentos até então atribuídos para o licenciamento arqueológico.

b) Portaria Sphan n. 07 de 1 de dezembro de 1988³ que regulamentou os procedimentos administrativos para anuência do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), antecessor do IPHAN, para licenciamento arqueológico de empreendimentos, prevendo documentos, recursos humanos, prazos necessários para manutenção e renovação de licenças, bem como penalidades por descumprimentos de regras.

Seguindo estes ritos legais, o diagnóstico foi realizado por Fabiano Lopes de Paula, na época dispoendo de formação acadêmica com mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Como resultados do diagnóstico, a área do projeto Amapari foi levantada a partir de metodologia inerente a estudos arqueológicos, contudo não houve a identificação de nenhum sítio arqueológico. Ainda assim, o arqueólogo do diagnóstico recomendou a execução de um novo programa de arqueologia, este garantindo o desenvolvimento de prospecções intensivas anteriores ao uso de áreas do projeto para a execução do empreendimento a ele destinado.

A partir de 2005, a área do projeto Amapari recebe a execução do “Projeto de Salvamento Arqueológico da área do Projeto Amapari”, este perdurando de 2005 a 2009.

Neste período de 2005 a 2009, os instrumentos legais que regulamentavam a salvaguarda do

¹ DE PAULA, Fabiano Lopes. Diagnóstico Arqueológico Projeto Amapari – Amapá, Mineração Itajobi Ltda, 2009.

² BRASIL. Lei n. 3.924 de 26 de julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acessado em: jul.2019.

³ BRASIL. Portaria Sphan n. 07 de 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acessado em: jul.2019.

patrimônio arqueológico no Brasil já dispunham alterações regulamentadas por mais novo um instrumento legal, a saber:

- a) Portaria Iphan n. 230 de 17 de dezembro de 2002⁴ que regulamentou a compatibilização de fases de obtenção de licenças ambientais para execução de empreendimento com a salvaguarda do patrimônio arqueológico de sua área de abrangência. Assim, prevendo Diagnóstico Arqueológico e elaboração de Programa de Prospecção Arqueológica para a fase de obtenção de Licença Prévia (EIA-RIMA), execução do Programa de Prospecção Arqueológica e elaboração de Programa de Resgate Arqueológico para a fase de obtenção de Licença de Instalação (LI) e execução do Programa de Resgate Arqueológico para a fase de obtenção de Licença de Operação (LO).

Contudo, o Projeto Amapari já dispunha da Licença Prévia n. 19 de 23 de outubro de 2002 associada a realização de EIA-RIMA com o diagnóstico arqueológico executado pelo arqueólogo Fabiano de Paula, sendo emitida em período anterior a instrução da Portaria Iphan n. 230 de 17 de dezembro de 2002. Já a Licença de Instalação n. 0024 de 29 de agosto de 2003 e a Licença de Operação n. 0016 de 25 de fevereiro de 2005 têm expedição posterior a portaria.

Portanto, o projeto Amapari recebeu as licenças ambientais [LI em 2003 e LO em 2005] que lhes resguardava a execução de seu empreendimento de mineração, sem que lhes fosse solicitado o licenciamento arqueológico regulamentado pela Portaria Iphan n. 230 de 2002.

Assim, quando o licenciamento arqueológico do projeto foi retomado em 2005 e perdurou até 2009, mediante o desenvolvimento do Projeto de Salvamento Arqueológico da área do Projeto Amapari, os seguintes resultados⁵ foram gerados:

- Identificação de 17 sítios arqueológicos na área de abrangência do projeto Amapari, tendo como empreendedor a MPBA/BEADELL;
- Identificação de 1 sítio arqueológico [AP-AR-04: Barragem do Taboca] na área de abrangência do projeto Ferro Amapá, empreendimento vizinho ao projeto Amapari e tendo como empreendedor a MMX/ZAMIN;
- Nenhum dos 17 sítios arqueológicos encontrados no projeto Amapari

⁴ BRASIL. Portaria Iphan n. 230 de 2002. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acessado em ago. 2019.

⁵ NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ampari, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005 — 2007). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) da Universidade Federal do Amapá (Unifap), 2007.

NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ampari, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2008 — 2010). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP) da Universidade Federal do Amapá (Unifap), 2009.

(MPBA/BEADELL) foi identificado como destruído, sendo que 16 sítios foram identificados como impactados e 2 sítios foram considerados preservados.

Destes sítios, o AP-AR-04: Barragem do Taboca teve 40% de sua área impactada por atividades da ZAMIN/MMX, o que resultou na instauração do Inquérito Civil nº 1.12.000.000062/2007- 20 por parte do MPF em 01/03/2017. Situação que culminou no estabelecimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) acatado pela ZAMIN/MMX como compensação pelos danos atribuídos ao patrimônio arqueológico até então identificado no projeto Ferro Amapá.

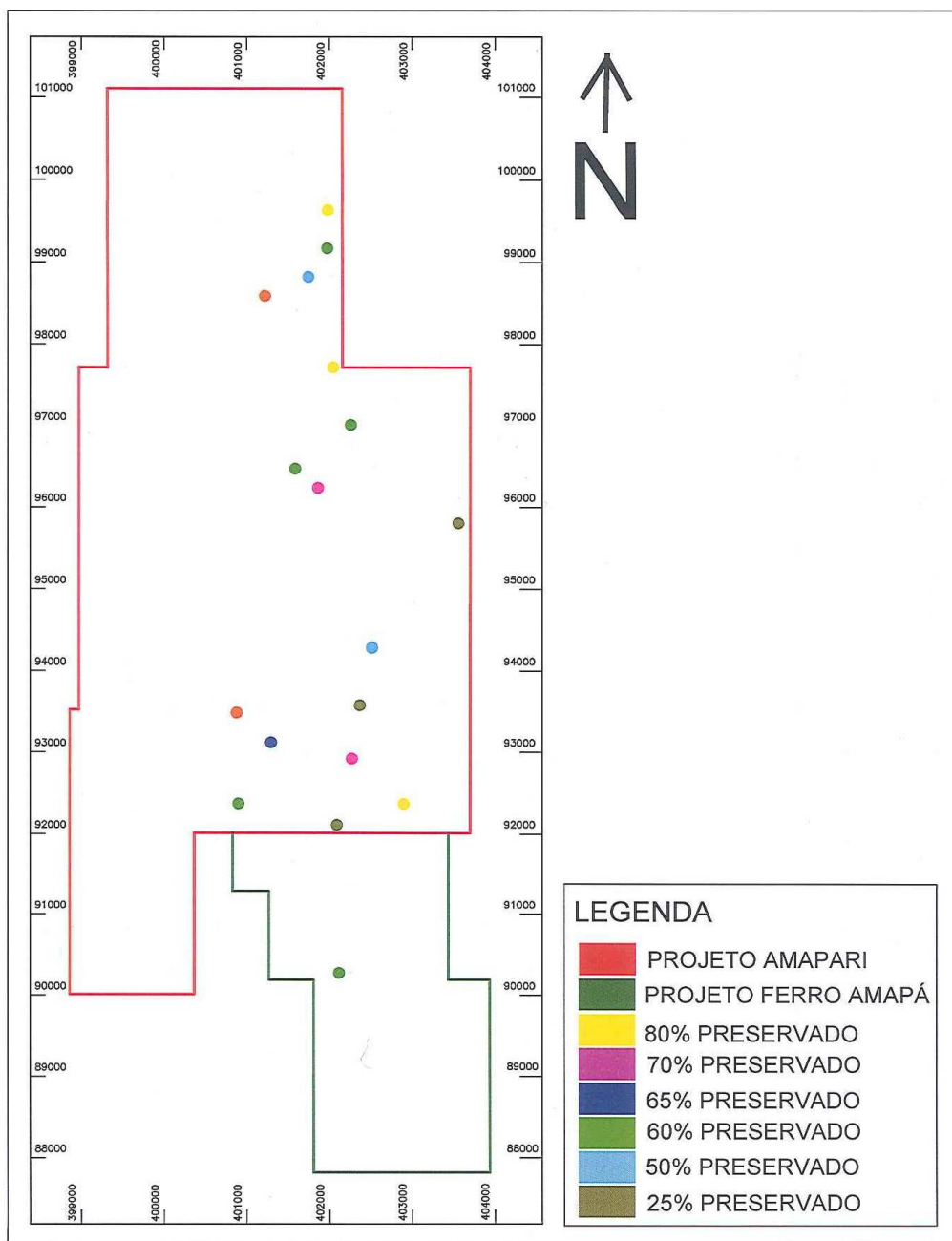


Figura 1 – Localização e grau de integridade de sítios do projeto Amapari segundo CEPAP.

Apurando os impactos aos sítios arqueológicos identificados pelo programa de arqueologia executado pelo CEPAP na área do projeto Amapari, em 2016, o MPF ajuíza a Ação Civil Pública nº 6502-40.2016.4.01.3100, objetivando:

- A condenação dos réus (BEADELL, ZAMIN e o Estado do Amapá) ao pagamento de indenização por danos atribuídos a 15 sítios arqueológicos identificados na área do projeto tendo como empreendedor a BEADELL; e
- A condenação dos réus (BEADELL, ZAMIN e o Estado do Amapá) ao pagamento de indenização no valor de R\$ 10 milhões cada qual, a títulos de danos morais coletivos causados à sociedade amapaense e à população brasileira em geral.

A época do ajuizamento da ação civil pública, a área do projeto Amapari já estava sob a responsabilidade da BEADELL, a qual atribui a área a denominação de projeto Tucano Gold. Acompanhando a apuração dos fatos no trâmite do processo judicial, a BEADELL contrata serviço especializado em arqueologia junto à INSIDE visando avaliar o panorama da salvaguarda do patrimônio arqueológico de sua área de atividade.

Assim, os argumentos defendidos neste documento são resultado da consulta a documentos e pessoas diretamente relacionados a esta conjuntura, mantendo compromisso ao princípio de imparcialidade que a questão requer, bem como a extrema atenção aos preceitos teórico-metodológicos, contextos temporais e legais inerentes a salvaguarda o patrimônio arqueológico brasileiro.

2. Qualificações técnicas e atuação dos envolvidos no programa de arqueologia do Projeto Amapari.

Enquanto órgão controlador das ações de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico brasileiro, o IPHAN dispõe de estrutura organizacional contando com Superintendências Estaduais, órgãos descentralizados responsáveis por: a) Orientar, analisar, aprovar, acompanhar, executar e avaliar os projetos nas suas áreas de atuação ou de bens acautelados pela legislação federal; b) Exercer a fiscalização e o monitoramento dos bens culturais acautelados de acordo com as normas legais e infralegais; c) Colaborar na elaboração de critérios e padrões técnicos para a conservação e intervenção no patrimônio cultural; d) Executar as ações de conservação e salvaguarda de bens protegidos; e) Articular, apoiar e coordenar os levantamentos, os estudos e as pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural; f) Apoiar a execução das ações de cooperação, fomento e promoção, com vistas à preservação, à salvaguarda e à difusão do patrimônio cultural.

Nessa conjuntura, as referências que o instituto se utiliza para examinar ações de depredação de sítios arqueológicos são: Relatórios de pesquisa elaborados pelo arqueólogo responsável técnico de programa de arqueologia incumbido do licenciamento de um empreendimento; b) Pareceres elaborados por técnicos do IPHAN por ocasião das inspeções que o instituto realiza nas áreas que recebem um programa de licenciamento arqueológico.

Na época em que o CEPAP executou o programa de arqueologia do projeto Amapari, o Estado do Amapá não dispunha de uma superintendência estadual do IPHAN. Assuntos relacionados à salvaguarda do patrimônio arqueológico local eram responsabilidade de uma unidade sub-regional da Superintendência Estadual do Pará, mesmo não dispondo de profissional habilitado em arqueologia. A primeira inspeção oficial de técnicos em arqueologia do IPHAN na área do projeto Amapari data de 2016⁶, quase uma década após o período em que o CEPAP executou o

⁶ SOUZA, Kléber de Oliveira. Relatório de Vistoria nº 17 DIVITEC/SE-AP/IPHAN. Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amapá (SE Iphan AP), 2016. In: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Processo: 6502-40.2016.4.01.3100, Classe 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, folha 215-225.

programa de licenciamento arqueológico do projeto.

Nessa conjuntura, também chama atenção o fato de que os laudos de análise de cumprimento de condicionantes por parte de programas de arqueologia necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos no Amapá, nessa época, serem produzidos por Luciano Silva, até então, dispendo de formação acadêmica como Bacharel em Economia⁷.

Vale ressaltar que o economista estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços, se dedicando tanto a grandes questões, nacionais ou mundiais, quanto a problemas de pequenas empresas ou investidores individuais. Conhecedor do cenário econômico, político e social, o economista elabora relatórios e pareceres analisando a situação atual e faz projeções para o futuro. Ajuda a construir, a ampliar e a preservar os bens de pessoas, empresas e governos. Assim, desenvolve planos para a solução de problemas financeiros, econômicos e administrativos em empresas do comércio, de serviços, na indústria ou no setor financeiro.

Já o Arqueólogo estuda as sociedades e culturas humanas por meio de objetos fabricados e utilizados no passado. Nesse sentido, ele investiga sítios arqueológicos observando marcas deixadas em um território com o objetivo de entender como ele foi ocupado por populações pretéritas. Dessa forma, traça hipóteses e teorias sobre a evolução das sociedades. Para tal, necessita do suporte de centros de pesquisa, universidades com ações ligadas a salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico.

Consequentemente, não há como considerar que um profissional de economia domine os pressupostos teórico-metodológicos de maneira a analisar satisfatoriamente a condição técnica da execução de qualquer atividade de pesquisa e produção científica em arqueologia ou qualquer outra área de conhecimento que não a sua.

Os problemas com a qualificação técnica dos envolvidos no licenciamento arqueológico do projeto Amapari não param neste caso. A equipe de pesquisadores do Projeto de Salvamento Arqueológico da área do Projeto Amapari teve a seguinte composição⁸:

- Ednaldo Nunes Filho, a quem a 2ª Regional do IPHAN concedeu Portarias (licenças) para atuar na condição de arqueólogo responsável técnico;
- Os historiadores Leandro Xavier e Adervan Lacerda; o artista plástico Anastácio Penha, bem como o engenheiro florestal da MPBA Marcos Cortês⁹;

⁷ SILVA, Luciano Souza. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5822681381962089>. Acessado em: 12 de fev. 2018.

⁸ NUNES FILHO, Edinaldo: **1** - Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ampari, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005—2007). CEPAP da UNIFAP, 2007. **2** - Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ampari, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2008 - 2010). CEPAP da UNIFAP, 2009.

⁹ BUSCAR CURRÍCULO LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acessado em: 05 fev. 2018.

- Márcio Torres, técnico agrimensor e os auxiliares de topografia Vagner Andrade, Francilon Santos, Geosiel Santana, ambos funcionários da MPBA;
- Donato Sampaio, Élon Santos, José Cordeiro, Adailson Lima, Weliton Santos, Juraci Souza, Luiz Freitas, Josequiel Chagas, Pedro Pinheiro, Robson Nunes, Robvaldo Aquino, Wanderson Oliveira, Sidinei Pinheiro, José Cordeiro e Edvaldo Santos, Ramon Dias, ambos funcionários do setor de Meio Ambiente da MPBA;
- Ademar Cruz, Alessandra Santos, Lílian Pinto, Kleber Souza, Deyse Silva, Adriana do Espírito Santo, Francisco Coutinho Junior e Alessandra Monteiro, alunos do curso de história da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)¹⁰, instituição a qual o CEPAP está vinculado;
- Valdir Ribeiro Junior, Marinalva Corrêa, Ana Ferreira, Eliane Rosário, Ubiraci Ferreira, aluno do curso de história da Faculdade de Macapá (FAMA)¹¹;
- Joel Nascimento, Osmir Carmo, Sivaldo Souza, Moacir Souza, Luiz Assunção, Lucieldo Guimarães, Raimundo Silva e José Santana, funcionários da VerdyPlan, empresa prestadora de serviço a MPBA.

De acordo com a Portaria IPHAN nº 07/1988, as solicitações e autorizações de pesquisa arqueológica estão condicionadas a indicação de nome, endereço, nacionalidade e currículo com cópia das publicações científicas que comprove idoneidade técnico-científica do arqueólogo responsável e da equipe técnica¹², sendo tal avaliação incumbência do IPHAN e atestada por meio de licenças de Anotações de Responsabilidade Técnicas, estas denominadas de Portarias que são publicadas no Diário Oficial da União. Assim, dos profissionais envolvidos, o de maior importância para a aquisição da Portaria é o arqueólogo. No caso do programa de licenciamento arqueológico do projeto Amapari, esta função foi ocupada por Edinaldo Nunes Filho.

Partindo desse princípio, identificamos problemas práticos e de ordem técnico-científica na composição da equipe que executou o estudo arqueológico do projeto Amapari entre 2006 e 2009. Na época do licenciamento, o responsável técnico possuía o título de graduação em história desde 1991 pela Universidade Federal do Pará (UFPA), ainda mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde 2003. A única vinculação a arqueologia que este possuía estava atrelada ao fato de a dissertação apresentada como pré-requisito para o término do curso de mestrado possuir como título “Túmulos Pré-históricos em

¹⁰ BUSCAR CURRÍCULO LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acessado em: 05 fev. 2018.

¹¹ BUSCAR CURRÍCULO LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acessado em: 05 fev. 2018.

¹² BRASIL. Portaria Iphan nº 07 de 01 de dezembro de 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acessado em: 05 fev. 2018.

Poço com Câmara, no Amapá: caracterizadores étnicos”, sendo atrelada a área de concentração Pré-História Brasileira.

Ainda que tenha tratado de assunto relacionado à arqueologia em sua dissertação de mestrado, antes da execução do licenciamento arqueológico do projeto Amapari, Ednaldo Nunes Filho dispunha de apenas duas experiências com arqueologia, estas anteriores ao término do curso de mestrado. Entre os anos de 1993 e 1997, ainda que sua formação acadêmica fosse em história, ele atuou como pesquisador em arqueologia no Museu Joaquim Caetano no Amapá. Em 2002, chegou até mesmo a atuar como arqueólogo da STCP Engenharia de Projetos LTDA na condição de responsável técnico do “Programa de Prospecção Arqueológica na área da Rodovia BR - 156, Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho - AP”¹³.

Quando consideramos o restante da equipe, a situação é mais sensível, tendo em vista que seus membros não possuíam nenhuma qualificação técnico-científica em Arqueologia. Os cursos de formação acadêmica destes eram em História, Artes Plásticas, Engenharia Ambiental e Agrimensura: topografia. Mesma situação válida para demais membros que eram alunos dos cursos de história da UNIFAP e da FAMA, auxiliares de campo do empreendedor ou de empresas que lhes prestavam serviços terceirados.

Considerando que o licenciamento arqueológico do projeto Amapari previa programação de execução de prospecção¹⁴, monitoramento¹⁵ e resgate arqueológico¹⁶ de uma área de mais de 7 km, essas situações evidenciam que, à época dos fatos, inexistiam profissionais com qualificação técnico-científica adequada para o desenvolvimento do licenciamento. Dada a conjuntura em que se deu a precisão deste, havia a necessidade de uso de uma equipe de pesquisadores mais experientes e com bagagem técnica para garantir a salvaguarda do patrimônio arqueológico da área do empreendimento.

Ainda que tenha produzido uma dissertação de mestrado tratando de tema relacionado à arqueologia, pelas questões referidas, o responsável técnico por esse licenciamento não tinha experiência suficiente para executá-lo sem a participação de outros pesquisadores com mais tempo de prática em laboratório e trabalho de campo em Arqueologia. Situação que não se

¹³ NUNES FILHO, Edinaldo. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1729175406790321>. Acessado em: 12 de fev. 2018.

¹⁴ Prospecção arqueológica: Levantamento de padrão de assentamento de sítios arqueológicos de uma região a partir de consulta a literatura e análises de características topográficas para, então, se estabelecer de zonas de potencialidade para ocorrência de sítios e posterior levantamento destas em campo.

¹⁵ Monitoramento arqueológico: procedimento de trabalho de campo em arqueologia que consiste em acompanhar atividades de decapeamento de solo de um empreendimento visando a identificação de material arqueológico. Em caso positivo, a atividade é paralisada para a devida delimitação e interdição para proteção da área do sítio arqueológico até a execução de estudos necessários para liberação da área.

¹⁶ Resgate arqueológico: procedimento de trabalho de campo em arqueologia que consiste no estabelecimento de abertura de unidades de escavação, ou seja, locais que passarão por processos de escavação de solo para a retirada controlada de artefatos de um sítio arqueológico. O que deve ser feito de maneira a permitir o registro preciso de informações sobre a localização e características de artefatos que possibilitem inferências sobre como o espaço foi usado por meio de modos de comportamento de populações pretéritas.

resolve com treinamentos de poucas horas, como o que fora ofertado a equipe no decorrer da execução do programa e com apenas 30 horas¹⁷. O domínio das técnicas de trabalho de campo em arqueologia requer envolvimento e participação contínua dos pesquisadores em todas as etapas de trabalho da execução de programas de pesquisa, o que somente a teoria não tem condições de suprir. Como toda a área de conhecimento, a teoria é apenas um norte dos procedimentos que deverão ser adotados em campo para o cumprimento do programa de ações parte dos estudos de campo em arqueologia.

Portanto, no nosso entendimento, os treinamentos compactos fornecidos a alguém que nunca tenha tido contato com trabalhos de campo em arqueologia são insuficientes para fazer com que a pessoa absorva conhecimentos necessários para deixá-la apta as práticas de prospecção, monitoramento e resgate arqueológico. Na maioria das vezes, são necessários anos de participação em pesquisas do tipo para que alguém consiga independência e domínio técnico para realizá-las, o que deve estar acompanhada de sólida formação teórica e acadêmica, tal qual qualquer área de conhecimento humano.

Mais grave ainda é a situação do único profissional da equipe com algum envolvimento anterior com arqueologia participar de apenas 5 dias de trabalho de campo por mês, deixando a cargo dos funcionários do empreendedor que receberam o referido treinamento de apenas 30hs a responsabilidade de acompanhar as atividades com potencial de impacto a sítios arqueológicos.

Embora aponte em seu depoimento ao MPF¹⁸ que comparecia as dependências do projeto Amapari apenas quando convocado pelo empreendedor, o arqueólogo deveria ter indicado que esse procedimento não estava correto, uma vez que a área tinha recebido apenas diagnóstico arqueológico e era necessária a realização de prospecções intensivas antes do uso de áreas para atividade de mineração. Caso a indicação não fosse acatada pelo empreendedor, além de registro em relatórios submetidos à análise do IPHAN, o arqueólogo deveria denunciar ao instituto os casos em que o empreendedor realizasse atividades de decapagem de solo antes de levantamento arqueológico indicado como necessário.

Ainda assim, nos relatórios submetidos à análise do IPHAN, esses tipos de impactos em sítios são apontados e supervalorizados apenas como sendo de responsabilidade do empreendedor, como ocorreu com o caso do sítio Mina AB 2¹⁹. Ora, como responsável técnico pelo programa de arqueologia em execução no empreendimento e sabendo da indicação da necessidade de intensificação de estudos e monitoramento por parte dos arqueólogos responsáveis pelo

¹⁷ NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Curso de iniciação científica e treinamento sobre preservação do patrimônio arqueológico. In: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Processo: 6502-40.2016.4.01.3100, Classe 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, folhas 626 - 631.

¹⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Termo de Depoimento de Edinaldo Pinheiro Nunes Filho. Processo: 6502-40.2016.4.01.3100, Classe 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, folhas 241 – 243.

¹⁹ NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005-2007). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), março de 2007.

diagnóstico arqueológico da área, o arqueólogo deveria indicar e cumprir o monitoramento das atividades que causaram tais impactos.

Conseqüentemente, os procedimentos utilizados pelo arqueólogo para apontar responsabilidades por impactos a sítios arqueológicos identificados entre os anos 2006 e 2009 são marcados por grave erro técnico, causados sobretudo por sua ausência em atividades de campo do empreendedor que demandavam decapeamento de solo. Vale ressaltar que todos os sítios citados nas ações civis públicas em que os diferentes empreendedores da área de abrangência deste programa de arqueologia são citados por danos ao patrimônio cultural brasileiro foram identificados entre 2006 e 2009 a partir da conjuntura apresentada.

2.1 Apontamentos e qualidade técnica dos relatórios dos programas de arqueologia do projeto Amapari - Tucano Gold.

O programa de arqueologia da área do projeto Amapari gerou a produção de três relatórios de atividades, os quais foram submetidos à análise e aprovados pelo IPHAN.

O primeiro foi o Relatório Parcial do Resgate Arqueológico da Área de Implantação da Futura Usina de Beneficiamento de Minério da MMX - Sistema Amapá²⁰, o documento apresenta os resultados do trabalho de resgate arqueológico do sítio AP-AR-04: Barragem do Taboca. O segundo foi o Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005 – 2007)²¹. O documento apresenta os resultados do trabalho de identificação e resgate realizado em 2006 nos sítios arqueológicos AP-AR-03: Vinícius; AP-AR-04: Barragem do Taboca, AP-AR-05: Cachimbo, bem como dos trabalhos realizados em 2007 nos sítios AP-AR-06: Porto Bento, AP-AR-07: Mina Taperebá C, AP-AR-08: Mina AB 2, AP-AR-09: Testemunho do Urucum, AP-AR-10: GAP, AP-AR-11: Tabocal do Urucum, AP-AR-12: Urucum Leste e AP-AR-13: Pedra.

O terceiro foi o Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2008 - 2010)²². O documento apresenta os resultados do trabalho de identificação e resgate realizado em 2008 nos sítios AP-AR-14: Mina AB 1, AP-AR-15: Tap Sul 1, AP-AR-6: Tap Sul 2, AP-AR-17: Pedreira, AP-AR-18: LT MMX, AP-AR-19: Pilha de Estéril Urucum e AP-AR-20: Mina Urucum.

²⁰ NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Parcial do Resgate Arqueológico da Área de Implantação da Futura Usina de Beneficiamento de Minério da MMX - Sistema Amapá. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), setembro de 2006.

²¹ NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005-2007). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), março de 2007.

²² NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005-2007). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), julho de 2009.

As atividades descritas nestes relatórios geraram dados que são apresentados na tabela 1, na página a seguir.

Em relação aos possíveis impactos aos sítios descritos e identificados nos relatórios, não podemos afirmar que não tenham ocorrido. Porém, as análises dos procedimentos metodológicos usados no trabalho de campo do programa de arqueologia que o CEPAP realizou nas dependências do projeto Amapari nos permite perceber certa generalização e supervalorização tanto das dimensões quanto do nível de preservação dos sítios arqueológicos localizados na área de mineração da BEADELL. Os relatórios não fornecem elementos técnico-científicos que permitam validação das informações quanto à possibilidade de precisar quais foram os impactos que realmente tiveram influências na destruição ou perda dos vestígios arqueológicos ou na composição desses assentamentos na paisagem.

Independente da metodologia utilizada, dados como dimensão espacial do sítio arqueológico, estratigrafia, delimitação dos impactos e sua influência na ocupação, georreferenciamento, fotografias detalhadas de cada informação são conjuntos de dados indispensáveis na composição de resultados da pesquisa desenvolvida. No caso dos relatórios do programa de arqueologia que o CEPAP executou na área do projeto Amapari a precariedade desse tipo de informação técnica é gritante.

Entretanto, o conteúdo de relatórios de atividades de campo permite perceber que os pesquisadores do CEPAP realizavam prospecções, em sua maioria, sem intervenções na subsuperfície do solo das áreas levantadas. Ainda assim, a identificação de material arqueológico na superfície do solo foi o fator determinante para estabelecimento de dimensões e grau de preservação de sítios arqueológicos, bem como a seleção de suas áreas para resgate e coleta de artefatos.

Metodologias do tipo não têm condições ideais para apontar o real tamanho e integridade de áreas de sítios arqueológicos. Somente quando se adota procedimentos de escavação de solo em condições de mostrar a dispersão de artefatos nas direções horizontais e vertical do solo do sítio é que há a condição de determinar a profundidade e cumprimento da camada arqueológica e, portanto, o tamanho do sítio ou mesmo quanto de sua área foi impactada.

Portanto, os critérios e metodologias utilizados pelo CEPAP no licenciamento arqueológico do projeto Amapari não podem ser considerados científica e tecnicamente adequados para definir o grau de integridade de áreas de sítios arqueológicos. Vale ressaltar que, na época de execução destas atividades, a Portaria Iphan n. 230 de 2002 já dava indicações de quais procedimentos realizar nestes casos. Ainda assim, os relatórios destas atividades foram aprovados pelo órgão controlador das políticas de salvaguarda de patrimônio arqueológico brasileiro.

Tabela 1 – Informações de sítios arqueológicos identificados no programa de arqueologia Projeto Amapari

Nome	Tipo	Localização	Coordenadas UTM 22N	Grau de Integridade	Dimensão	Resgate	Grau de Intervenção	Relevância
AP-AR-03: Vinícius	Pré-colonial a céu aberto	Área industrial	400878, 93482	100%	100 x 80 m	Não	Delimitação	Alta
AP-AR-04: Barragem do Taboca	Pré-colonial a céu aberto	Área industrial	402113, 90275	60%	120 x 100 m	2006	Resgate	Alta
AP-AR-05: Cachimbo	Pré-colonial a céu aberto	Área industrial	401293, 93119	65%	190 x 90 m	2008	Resgate	Alta
AP-AR-06: Porto Bento	Pré-colonial a céu aberto	Estrada do Tapereba C	401857, 96233	70%	80 x 60 m	Não	Coleta de superfície	Média
AP-AR-07: Mina Tapereba C	Pré-colonial a céu aberto	Mina Tapereba C	403555, 95806	25%	120 x 100 m	Não	Coleta de superfície	Média
AP-AR-08: AB 2	Pré-colonial a céu aberto	Mina AB 2	402512, 94283	50%	Indeterminada	Não	Delimitação	Média
AP-AR-09: Testemunho Urucum	Pré-colonial a céu aberto	Mina Testemunho Urucum	402046, 97720	80%	100 x 80 m	2007	Resgate	Média
AP-AR-10: Gap	Pré-colonial a céu aberto	Mina Tapereba C	402255, 97016	60%	220 x 140 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-11: Tabocal do Urucum	Pré-colonial a céu aberto	Mina Urucum	401968, 99173	60%	130 x 100 m	2007	Resgate	Alta
AP-AR-12: Urucum Leste	Pré-colonial a céu aberto	Mina Urucum	401981, 99651	80%	120 x 70 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-13: Pedra	Pré-colonial a céu aberto	Tabocal I	402897, 92369	80%	160 x 100 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-14: Mina AB 1	Pré-colonial a céu aberto	Mina AB 1	402365, 93575	25%	195 x 90 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-15: Tap Sul 1	Pré-colonial a céu aberto	Mina Tapereba Sul	402266, 92922	70%	100 x 80 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-16: Tap Sul 2	Pré-colonial a céu aberto	Mina Tapereba Sul	402088, 92110	25%	120 x 90 m	Não	Coleta de superfície	Média
AP-AR-17: Pedreira	Pré-colonial a céu aberto	Pedreira de Granito	401582, 96469	60%	80 x 50 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-18: LT MMX	Pré-colonial a céu aberto	Linha de transmissão da MMX	400902, 92371	60%	200 x 120 m	Não	Coleta de superfície	Média
AP-AR-19: Pilha de Estéril Urucum	Pré-colonial a céu aberto	Mina Urucum	401740, 98824	50%	120 x 80 m	2008	Resgate	Média
AP-AR-20: Mina do Urucum	Pré-colonial a céu aberto	Mina Urucum	401219, 98591	100%	Indeterminada	Não	Identificado	Média

Tais inadequações podem ser percebida a partir de exemplos como as percepções de arqueólogos do IPHAN sobre o sítio AP-AR-05: Cachimbo no contexto da inspeção que realizaram nas dependências do projeto Amapari em 2016, ao afirmar que:

O sítio AP-AR-05: Cachimbo está situado no topo de um platô, na secção sul, próximo da Área Industrial, contudo as coordenadas geográficas 0°50'31.60"N 51°53'51.17"O, repassadas pelo arqueólogo no Relatório Final de 2009, não conferem com a área onde o sítio foi estudado, já que aparecem em uma antiga via acesso que liga com a via de acesso da LT MMX [...].

Tendo em vista que as atividades de resgate arqueológico realizada em 2008 não contemplaram de forma preliminar a superfície plana do platô, ficando limitada a abertura de quatro trincheiras²³ de 2x3m na margem da via de acesso, de 100m de extensão e tradagem com boca de lobo (25 em de diâmetro) paralela a esta (Processo FL. 487). Pondera-se que o sítio foi alvo de resgate parcial e, portanto, caberia à necessidade de resguardá-lo de danos ocasionados pela raspagem da camada de superfície do solo e tráfego constante de veículos [...] ²⁴.

Situações dessa ordem, já fizeram com que o Departamento de Arqueologia da BEADELL sentisse a necessidade de complementar trabalho de resgate de sítios arqueológico de outras áreas do projeto antes de liberá-las para atividades de mineração da empresa, como aconteceu em 2017 com o alvo Torres e os sítios AP-AR-15: Tap Sul 1 e AP-AR-6: Tap Sul 2²⁵.

O sítio arqueológico AP-AR-15: Tap Sul 1 foi encontrado em 2008 no contexto do licenciamento arqueológico do projeto Amapari realizados pelo CEPAP. Identificado como do tipo pré-colonial a céu aberto, o sítio passou por resgate e lhe foi atribuída dimensões de 80 x 100 metros, camada arqueológica com extensão de 70cm de profundidade, bem como apresentando 70% de grau de preservação. O percentual de 30% de impacto a área do sítio foi identificado como resultado da abertura de praças de sondagem geológica e ramais de acesso (ver figura 2, a seguir) em contextos de atividades de mineração executadas pela empresa MPBA²⁶.

Ainda que o croqui demonstre a realização de atividades de prospecção com tradagem no solo para delimitação do sítio arqueológico, os relatórios da pesquisa em sua área não trazem informações georreferenciadas da localização ou ocorrência de material arqueológico nesse diagnóstico de subsuperfície. O croqui também causa certa confusão quanto à espacialidade do sítio, uma vez que a localização atribuída à estrada de acesso e praças de sondagem no croqui

²³ Trincheira: denominação dada a áreas de escavação ampla, ou seja, com dimensões maiores que as de 2m² que tradicionalmente são utilizadas em processo de escavação controlada para a retirada de artefatos de um sítio arqueológico. Condição adquirida a partir do uso de máquinas pesadas, como trator esteira, por exemplo.

²⁴ SOUZA, Kléber. Relatório de Vistoria nº 17 DIVITEC/SE-AP/IPHAN. Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amapá (SE Iphan AP), 2016. In: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Processo: 6502-40.2016.4.01.3100, Classe 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, folha 215-225.

²⁵ SILVA, Benedito. Primeiro Relatório Parcial do Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial do Alvo Torres, Projeto de Mineração Tucano – Beadell, Pedra Branca do Amapari, Amapá. Departamento de Arqueologia da Gerência de SSMAC da Beadell, 2018.

²⁶ NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005-2007). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), julho de 2009

parece não corresponder com o que se encontra na área do AP-AR-15: Tap Sul 1. Situação difícil de lidar especialmente pela ausência de georreferenciamento na representação da área de trabalho das etapas anteriores de pesquisa no sítio.

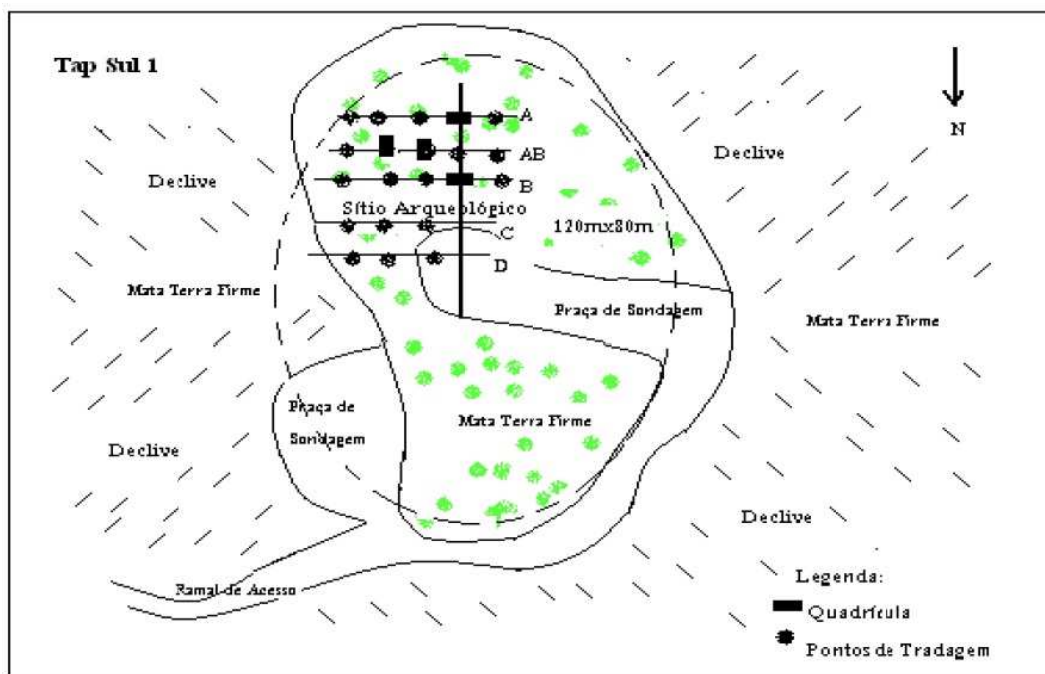


Figura 2 - Croqui de pesquisas realizadas pelo CEPAP no sítio arqueológico AP-AR-15: Tap Sul 1.

A localização da estrada de acesso e declives no croqui interferem até mesmo na identificação da área correspondente ao sítio em associação as unidades de escavação que recebeu em 2008. Isso porque, se a praça de maior comprimento do croqui estiver localizada adequadamente, as quadrículas e sondagens do mapa estariam após o declive, resultando na extensão do sítio para a área de morro mais a sul da área representada no croqui.

Diante dessas incertezas, na complementação dos trabalhos realizados no sítio em 2017, os arqueólogos optaram por realizar atividades de prospecção na área, a fim de encontrar uma delimitação mais precisa do sítio e verificar a ocorrência de material arqueológico nas áreas do morro representadas no croqui como não sendo alvo de qualquer intervenção. Do contrário, permaneceria no campo da subjetividade a real extensão do sítio e, por consequência, o grau de preservação de sua área.

Assim, antes da abertura de unidades de escavação, o terreno do sítio arqueológico AP-AR-15: Tap Sul 1 passou por um mapeamento e levantamento planialtimétrico visando auxiliar o processo de delimitação de sua área já que o procedimento realizado pelo CEPAP estava gerando muitas dúvidas.

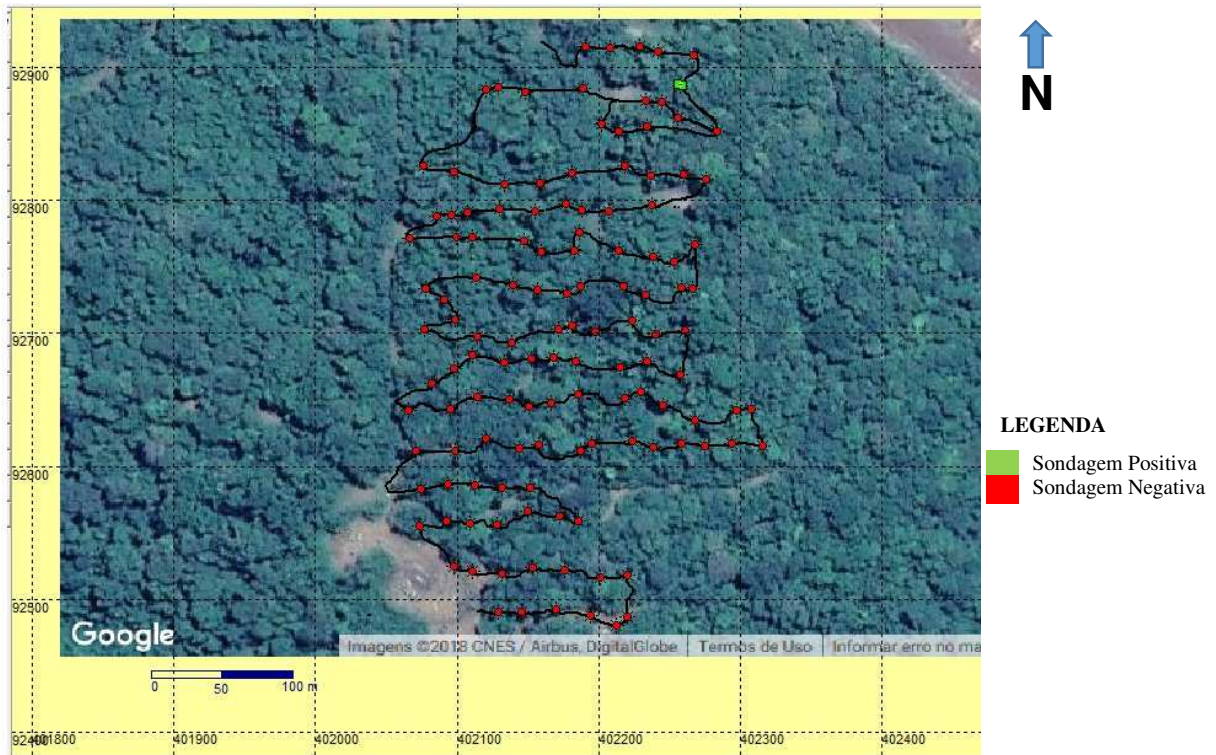


Figura 3 – Levantamento planialtimétrico e tradagens realizadas no sítio arqueológico AP-AR-15: Tap Sul 1 em 2017.

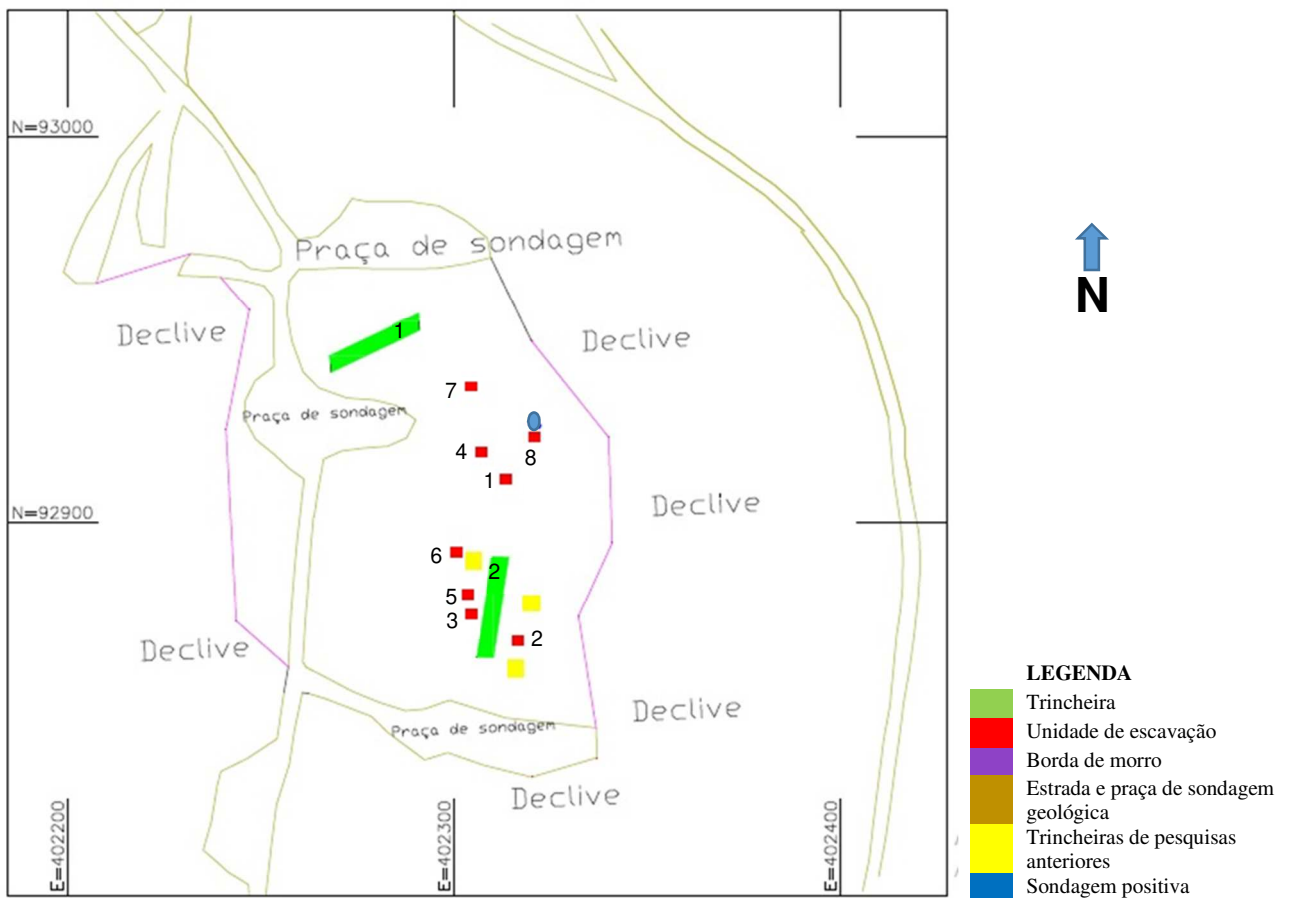


Figura 4 - Unidades de escavação do sítio AP-AR-15: Tap Sul 1.

Como resultado, os arqueólogos concluíram que:

- Com apenas uma tradagem positiva na porção norte do sítio, bem como ausências de material arqueológico na trincheira 1 e unidade de escavação 7, associada a presença de material arqueológico nas demais unidades e trincheiras abertas no AP-AR-15: Tap Sul 1, a etapa de pesquisa realizada em 2017 identificou que a dimensão do sítio é, na verdade, de 90 x 40 metros de extensão e não 80 x 100 metros, como apontado pelo CEPAP;
- Com a identificação desse dimensionamento do AP-AR-15: Tap Sul 1, a etapa de pesquisa de 2017 identificou que o nível de impacto da área do sítio é de 10% e não 30%, como apontado pelo CEPAP. Impacto este causado pela abertura de uma praça de sondagem geológica na porção sul da área do sítio;

Outros casos que chamam atenção nos procedimentos adotados pelo CEPAP no licenciamento arqueológico da área do projeto Amapari dizem respeito a identificação de sítios arqueológicos sem a presença de artefatos, ruínas, pinturas rupestres, faianças europeias, ou qualquer outro material arqueológico, tal qual ocorreu com o sítio AP-AR-03: Vinícius²⁷. Procedimento este justificado unicamente pelas características da vegetação da área apontada como sítio, sem elementos materiais que de fato comprovem a ocupação humana da área, como usual nos procedimentos de pesquisas arqueológicas.

Casos do tipo com bem mais exemplos, dizem respeito a multiplicidade de sítios arqueológicos identificados em espaços físicos muito próximos em um único local. Tendo em vista o resultado desse procedimento para a quantificação de sítios arqueológicos apontados como depredados na área do projeto Amapari, trataremos dos exemplos das áreas da Mina AB e Pedreira de Granito.

Situada na porção sudeste do projeto Amapari, na área da Mina AB, por exemplo, o levantamento de campo do CEPAP identificou dois sítios arqueológicos, o AP-AR-14: Mina AB1 em 2008 e o AP-AR-08: Mina AB2 em 2007. Contudo, em 2016, a inspeção do Iphan a área ainda identificou mais um sítio, o AB3.

Pautando-se na localização dos sítios Mina AB 2 e AB 3 na paisagem dessa área, seu grau de proximidade com cerca de 200 metros de distância situados sobre a superfície da área de um único morro (ver figura 5), é possível defender a hipótese de que os sítios Mina AB2 e AB3 são, na verdade, um único sítio. Para comprovar tal hipótese, primeiramente, há a necessidade de execução de resgate para coleta de artefatos do sítio AB 3, seguido de estudo destes artefatos visando a produção de dados para uso em uma análise comparativa destes junto aos dados coletados com o estudo do material arqueológico que o CEPAP coletou no sítio AB 2 em 2007, material que está sob a guarda da reserva técnica do próprio centro.

²⁷ NUNES FILHO, Edinaldo. Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área do Projeto Ferro Amapá, Pedra Branca do Amapari – AP (período de 2005-2007). Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP), março de 2007.



Figura 5 - Localização e distância entre os sítios arqueológicos Mina AB 2 e AB 3.

Encontramos um exemplo de mesma ordem com os sítios arqueológico da área do projeto Amapari denominada de Pedreira de Granito, esta situada na porção oeste do projeto, onde houve a identificação de dois sítios arqueológicos a partir de levantamentos por parte do CEPAP, o AP-AR-17: Pedreira em 2008 e o AP-AR-06: Porto Bento em 2007. Além deste, também em 2016, a inspeção do Iphan a área ainda identificou mais um sítio, o Porto Bento 2.

Especialmente os casos dos sítios Porto Bento e Porto Bento 2 reforçam as evidências defendidas na seção anterior deste documento quanto a ausência de delimitação de áreas dos sítios identificados pelo CEPAP no projeto Amapari. Embora o CEPAP tenha atribuído uma dimensão espacial de 80x60 metros de área para o sítio Porto Bento, ao visitar espaços adjacentes a esta área quase uma década após o trabalho de CEPAP, o Iphan percebeu a presença de artefatos e, por conta disso, atribuiu a existência de mais um sítio na área Pedreira de Granito, o Porto Bento 2. Se a identificação do Porto Bento por parte do CEPAP tivesse contemplado prospecções de subsuperfície no solo do lugar onde o sítio foi identificado, teria sido possível delimitar a área total do sítio, ou seja, o espaço de dispersão horizontal e vertical de artefatos. Assim, a área do Porto Bento teria sido bem maior que os 80x60m inicialmente verificados e o Porto Bento 2 não seria um novo sítio identificado e, sim, parte da área total do sítio Porto Bento.

Além disso, considerando que o sítio Pedreira está situado a aproximadamente 250 metros do Porto Bento e Porto Bento 2 (ver figura 6), é possível defender que os três sítios são, na verdade, um único sítio arqueológico. A comprovação desta hipótese também careceria de realização de resgate para a coleta de material arqueológico nos sítios Porto Bento e Porto Bento 2 para posterior análise e curadoria desse material e uso dos dados dela decorrentes para análise comparativa dos materiais arqueológicos coletados e estudados pelo CEPAP no sítio Pedreira, estes também sob a guarda da reserva técnica do próprio CEPAP.

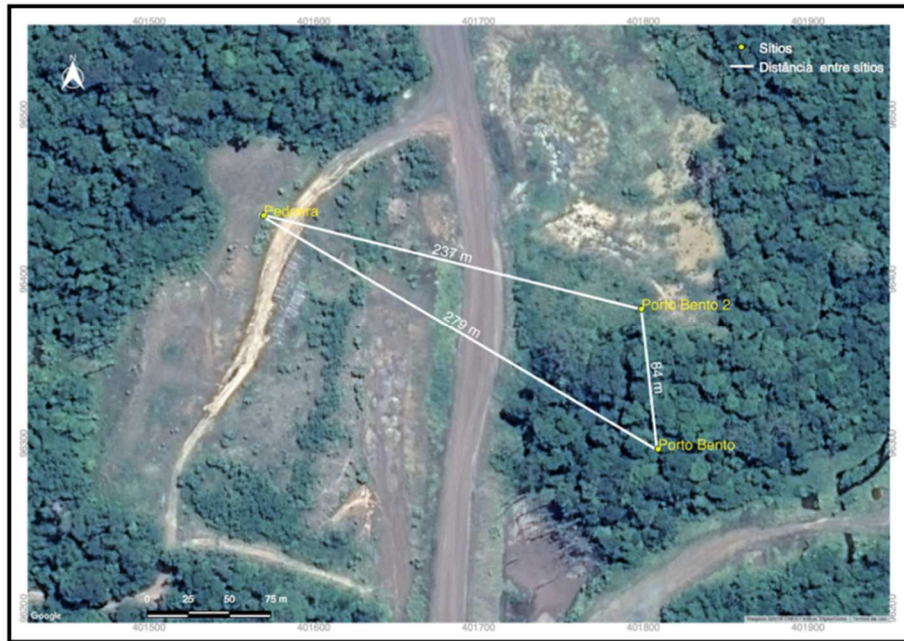


Figura 6 – Localização e distância entre os sítios arqueológicos Pedreira, Porto Bento e Porto Bento 2.

Assim, os casos dos sítios das áreas da Mina AB e Pedreira de Granito, são exemplos que evidenciam falhas técnicas consideráveis no levantamento de campo que deu condições para que o CEPAP estabelecesse um quantitativo de sítios arqueológicos identificados nas dependências do projeto Amapari entre 2005 e 2009. Não só a quantificação de sítios, mas esses exemplos também permitem questionamentos de ordem técnica quanto ao estabelecimento de dimensionamento de tamanhos e graus de preservação e depredação de áreas de sítios, tal qual o caso mostrando para os dados produzidos com novos estudos realizados pelo Departamento de Arqueologia da Beadell no sítio AP-AR-15: Tap Sul 1 em 2017, resultando no redimensionamento de sua área total.

22 Apontamentos quanto à valoração dos danos causados ao patrimônio arqueológico da área do projeto Amapari.

Amparado nos dados de depredação de sítios arqueológicos localizados na área de mineração da BEADELL fornecidos pelos relatórios do programa de arqueologia que o CEPAP executou na área do projeto Amapari, o MPF requereu a condenação da BEADELL, ZAMIN e o Estado do Amapá no pagamento de indenização de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de danos morais coletivos, bem como apuração de outros danos apurados no decorrer do processo judicial.

Pela organização de documentos dentro do Ação Civil Pública nº 6502-40.2016.4.01.3100, entendemos que a valoração estabelecida pelo MPF para o pedido de condenação teve por base os argumentos defendidos por João Saldanha e Mariana Cabral, então arqueólogos do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e responsáveis pelas pesquisas arqueológicas no Projeto Ferro Amapá, este executado na área vizinha ao Projeto Amapari e sob responsabilidade da empresa ZAMIN.

A própria apuração dos fatos documentada pelo MPF nos autos do processo aponta que essa valoração demanda análise técnica especializada, conforme pode ser percebido no item “4.3 Do dano patrimonial”²⁸. O único documento do processo que se enquadra nesses parâmetros é o ofício do IEPA sem maiores referências formais, mas datado de 4 de fevereiro de 2016 e assinado pelos arqueólogos citados²⁹.

O documento teve por fim responder a dois questionamentos feitos pelo MPF, a saber: a) especificar os sítios arqueológicos cujo dano foi compensado por meio de TAC celebrado entre MPF, o Ministério Público do Estado do Amapá e a sociedade MMX Amapá Mineração Ltda., daqueles cujos danos foram descobertos ou praticados anteriormente; b) Mensurar o valor ao patrimônio arqueológico depredado.

Como resposta ao segundo item, os arqueólogos usam o seguinte argumento:

Mensurar o valor de um patrimônio que é da União é uma tarefa penosa, pois envolve diversos fatores como a própria relevância do bem a ser mensurado. Para esta mensuração, nós como profissionais do patrimônio pensamos como alternativa estipular o valor do dano a partir do quanto valeria o resgate deste bem antes de sua destruição, levando em conta o trabalho envolvido em campo, em laboratório, equipamentos necessários, trabalhos de Educação Patrimonial com as comunidades envolvidas, além do suporte ou construção de uma instituição que guardará os artefatos como fiel depositário do IPHAN pelo resto da eternidade. Pensando nisto, o valor individual de cada sítio arqueológico danificado deverá, no mínimo levar em conta, conforme tabela a seguir:

Resgate de campo		
	Arqueólogos	R\$ 225.000,00
	Técnicos	R\$ 150.000,00
	Maquinário	R\$ 150.000,00
		R\$ 2.000,00
Laboratório		
	Arqueólogos	R\$ 135.000,00
	Técnicos	R\$ 63.000,00
	Apoio institucional para laboratório	R\$ 145.000,00
	Datações 2 por sítio	R\$ 6.000,00
Educação Patrimonial		
	Arqueólogos	R\$ 90.000,00
	Pedagogos	R\$ 18.000,00
	Publicações	R\$ 50.000,00
Apoio à Guarda de Material		
	Construção/melhoria de prédio	R\$ 200.000,00
Total		R\$ 1.234.000,00

²⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Processo: 6502-40.2016.4.01.3100, Classe 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, folhas 18 - 21.

²⁹ SALDANHA, João; CABRAL, Mariana. Informações complementares do “Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área do Projeto Mina de Ferro (MMX)”. In: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Processo: 6502-40.2016.4.01.3100, Classe 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, folhas 73 - 75.

Mesmo que tomados em consideração ao tempo em que este orçamento foi elaborado, qualquer profissional com o mínimo de vivência em serviços de arqueologia conseguiria perceber de imediato que seus valores estão em total desacordo com o mercado brasileiro de serviços de arqueologia, especialmente quando estipulados para um único sítio arqueológico. Para exemplificar tal desacordo, vamos nos utilizar de exemplos de serviços de mesma ordem contratados pela BEADELL em suas atividades de mineração no Estado do Amapá junto a empresas renomadas no campo da arqueologia.

Toda instituição de pesquisa tem sua política de tabelamento de valores dos serviços que oferece. Então, partindo do princípio que os arqueólogos do IEPA atribuíram um valor de R\$ 1.034.000 [retirados os R\$ 200.000,00 do orçamento acima previsto para construção de reserva técnica] para um serviço envolvendo “Resgate de Campo”, “Laboratório” e “Educação Patrimonial” em 2016, como podem, em 2014, menos de dois anos antes, orçar para a BEADELL um serviço com as mesmas especificações, mas com valores da ordem de R\$ 54.502,55³⁰!

Do mesmo modo, retirados os R\$ 200.000,00 previstos para a construção ou revitalização de uma reserva técnica para atender as demandas de análise de material arqueológico de um programa de arqueologia, no mesmo ano do ofício [2016], a Scientia Consultoria Científica Ltda. orçou a BEADELL um serviço contando com “Resgate de Campo”, “Laboratório” e “Educação Patrimonial” com valores na ordem de R\$ 120.688,00³¹. Vale ressaltar que neste caso, estamos falando de uma das empresas mais renomadas e de maior custo no mercado.

Igualmente descontados os R\$ 200.000,00 orçados para a construção ou revitalização de uma reserva técnica para suprir ações de análise de material arqueológico de um programa de arqueologia, em 2017, a Gaia Soluções Ambientais Ltda. orçou a BEADELL um serviço também prevendo “Resgate de Campo”, “Laboratório” e “Educação Patrimonial” com valores estimados em R\$ 385.775,00³².

Assim, os valores de serviços encomendados pela BEADELL a empresas renomadas no campo da pesquisa arqueológica no Brasil, o que inclui o próprio IEPA, nos leva a defender que o orçamento elaborado pelo instituto e usado como parâmetro para estipular valoração dos impactos causados ao patrimônio arqueológico da área do projeto Amapari é um instrumento, no mínimo, duvidoso e insustentável.

Esta posição encontra-se amparada no fato de que os autores do orçamento usaram como

³⁰ INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ (IEPA). Proposta Técnica e Comercial Elaboração e Execução do Projeto de Diagnóstico Prospectivo arqueológico localizado na Beadell Brasil LTDA, no município de Pedra Branca do Amapari - AP. Registros da Gerência de SSMAC da Beadell, 2014.

³¹ SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. Avaliação do impacto ao patrimônio arqueológico na área do projeto Tucano Gold em Pedra Branca do Amapari - AP. Registros da Gerência de SSMAC da Beadell, 2016.

³² GAIA SOLUÇÕES AMBIENTAIS. Plano de Gestão Arqueológica do Alvo Mutum. Registros da Gerência de SSMAC da Beadell, 2017.

medida compensatória aos impactos que procuravam valorar uma previsão de custos de aspectos e serviços técnico-científicos necessários à execução adequada de um programa de arqueologia anterior ao início das atividades do empreendedor na área do projeto Amapari. Entretanto, como demonstrado, os valores auferidos para tal são, no mínimo, insustentáveis no mercado e estão em desacordo, inclusive, com demais orçamentos feitos pelos próprios autores para serviços parecidos.

2.3 Apontamentos quanto aos prejuízos a memória nacional em decorrência dos impactos as áreas de sítios do projeto Amapari.

Até o início do licenciamento arqueológico do projeto Amapari na década de 2000, os dados gerados sobre a arqueologia amapaense eram resultados de pesquisa esporádicas que, nos anos de 1950, estruturaram modelos de ocupação humana pré-histórica da região³³. Posteriormente, estes modelos receberam complementações, como sugerem os próprios títulos das pesquisas desenvolvidas por instituições de referência como o Museu Paraense Emílio Goeldi na década de 1950³⁴, 1980³⁵, 1990³⁶. De forma mais intensa, ainda temos a atuação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do IEPA, a partir dos anos 2000³⁷, atuando no licenciamento arqueológico do projeto Ferro Amapá, empreendimento vizinho ao projeto Amapari.

Mas, foi com a atuação do CEPAP no projeto Amapari que houve de fato as primeiras pesquisas no Amapá em condições de permitir análises de amplitude regional, conforme sugerido por clássicos da arqueologia, como o seminal *Em Busca do Passado: a decodificação do registro arqueológico*, publicado em 1983³⁸. Referências como esta demonstram que a arqueologia estuda sociedades e culturas humanas a partir de objetos fabricados e usados no passado pretérito. Cultura material que serve de base para observar as marcas deixadas em um território com o objetivo de entender como ele foi ocupado e como a manipulação de seus recursos naturais pelo homem ajudou a estabelecer padrões de comportamento cultural. Nessa conjuntura, a decodificação de sistemas de assentamento são peças chave, ou seja, a compreensão das diferentes funcionalidades dadas aos ambientes (sítios arqueológicos) de um

³³ MEGGERS, B.J. & C. EVANS. 1957. Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon. *Bulletin of the Bureau of American Ethnology*, 167: 1-664.

³⁴ HILBERT, Peter. Contribuição à Arqueologia do Amapá: Fase Aristé. Belém, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Antropologia 1)*, 1957.

³⁵ HILBERT, Peter. Pottery from the Cumina river, Brazil and its Affiliations with the Koriabo Phase of Guyana" *J.W.R.M.A.A. Vol. V, no 2, Georgetown*. pp. 74-81.

³⁶ GUAPINDAIA, Vera. Relatório de Viagem à Macapá e Calçoene. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997.

³⁷ SALDANHA, João. Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área da Mina do Projeto Ferro Amapá (MMX) – Relatório Fianl. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá: Núcleo de Pesquisa Arqueológica, 2009.

³⁸ BINFORD, Lewis R. (1983). *Em Busca do Passado: A decodificação do registro arqueológico*. Tradução de João Zilhão. Edição: Publicações Europa-América, 1992.

território ocupado por um grupo humano visando o uso de seus recursos naturais para a subsistência.

Lógicas do tipo foram usadas, por exemplo, em 2010, na tese de doutorado do arqueólogo que realizou o licenciamento arqueológico do projeto Amapari e, posteriormente, usou os dados coletados nos sítios identificados para afirmar que:

O resultado deste trabalho de doutoramento teve como implicações socioculturais a invalidação da tese de Meggers (1977, 1954) de que a terra firme é uma área inadequada para o desenvolvimento de sociedades complexas, no sentido de produção de complexidade social, econômica e cultural. O estudo das evidências da cultura material, associadas ao bioma da terra firme na área do PROAM mostram que os grupos sociais pré-coloniais modificaram o ambiente desfavorável em um ambiente favorável. Assim, foram criadas condições ambientais propícias ao aparecimento de complexidade cultural³⁹.

Para chegar a esses resultados, diante do conjunto geral de sítios arqueológicos identificados no projeto Amapari, o estudo desenvolvido pela tese optou pela análise de artefatos dos sítios AP-AR-04: Barragem do Taboca, AP-AR-09: Testemunho do Urucum, AP-AR-11: Tabocal do Urucum e AP-AR-13: Pedra. Opção devida ao fato de que, no território estudado, serem esses os sítios que se constituíam nos lugares com funções definidas e em melhores condições de permitir uma análise a partir da perspectiva de sistema de assentamento, ou seja, abrangência regional.

De imediato, um ponto específico nos resultados alcançados pelo estudo chama atenção, este refere-se ao fato dos resultados da pesquisa terem permitido rever teses consagradas e renomadas de pesquisadores de referência mundial que estruturam o primeiro modelo de ocupação pré-histórica para o Amapá, como especificado na afirmação “O resultado deste trabalho de doutoramento teve como implicações socioculturais a invalidação da tese de Meggers (1977, 1954) de que a terra firme é uma área inadequada para o desenvolvimento de sociedades complexas”.

Por si só, a possibilidade que este estudo abriu para que fossem realizadas pesquisas de abrangência regional e sistemáticas no Amapá, em substituição a estudos esporádicos e voltados para sítios individuais, já é um grande feito em termos de geração de dados para a memória nacional. Ainda assim, os sítios que serviram de base para essa importante situação tiveram partes de suas áreas identificadas como impactadas, acarretando alegações de que tal ato representou perdas irreparáveis para a memória nacional. Será que, com os dados apresentados na tese de doutorado que usou esses sítios como fonte de estudo, é possível defender esse ponto de vista? A partir dos demais resultados produzidos pela tese, vamos mostrar que não.

A literatura consagrada na arqueologia⁴⁰ e algumas de nossas experiências com programas de

³⁹ NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período Pré-colonial. Tese de Doutorado. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, 2010.

⁴⁰ HICKS, D.; BEAUNDRY, M.C. The Oxford Handbook of Material Cultures Studies. Oxford: Oxford University Press, 2010.

licenciamento arqueológico⁴¹ em áreas extensas situadas dentro Amazônia, como é o caso do projeto Amapari, demonstram que a repetição é uma das principais características do registro arqueológico em locais com muitos sítios. Isso significa que o padrão de produção (matéria prima, confecção, formas e usos) dos artefatos encontrados em vários sítios é o mesmo. Situação devida ao fato de que o território formado por esses diferentes sítios foi ocupado de forma manejada pelo mesmo grupo humano a partir de ações realizadas em função dos diferentes recursos naturais disponíveis para uso nestes distintos ambientes/sítios do território.

As características dos sítios do projeto Amapari se alinham a essa situação, uma vez que, como demonstrado na tabela 1 a seguir, nas informações apresentadas nos relatórios do licenciamento da área onde foram identificados e nas análises da tese de doutorado em pauta, todos os sítios são pré-coloniais a céu aberto, tendo como artefatos mais recorrentes cerâmicas (vasilhames produzidos a partir da modelagem e queima controlada de argila) e líticos (ferramentas produzidas a partir do lascamento e polimento de rochas), bem como partilham das seguintes características:

Quadro 1: Dimensão dos sítios arqueológicos⁴²

Nome	Tipo	Dimensão	Hectare
AP-AR-03: Vinícius	Habitação	100 m X 80 m	- 1 ha
AP-AR-04: Barragem do Taboca	Habitação	120 m X 100 m	+ 1 ha
AP-AR-05: Cachimbo	Habitação	190 m X 90 m	+ 1 ha
AP-AR-06: Porto do Bento	Acampamento	60 m X 80 m	- 1 ha
AP-AR-07: Mina Tapereba C	Habitação	120 m X 100 m	+ 1 ha
AP-AR-08: Mina AB2	Não determinado	Não determinado	ND
AP-AR-09: Testemunho do Urucum	Habitação	100 m X 80 m	- 1 ha
AP-AR-10: GAP	Habitação	220 m X 140 m	+ 1 ha
AP-AR-11: Tabocal do Urucum	Habitação	130m X 100m	+ 1 ha
AP-AR-12: Urucum Leste	Habitação	120m X 70m	- 1 ha
AP-AR-13: Pedra	Habitação	160m X 100m	+ 1 ha
AP-AR-14: Mina AB 1	Habitação	125m X 90m	+ 1 ha
AP-AR-15: Tap Sul 1	Habitação	80m X 100m	- 1 ha

⁴¹ **1** - Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial BR-163, BR-230 e BR-422 (2013). **2** - Programa de Arqueologia Preventiva na área da BR-163: Guarantã do Norte - Rurópolis e BR-230: Rurópolis – Miritituba (2009). **3** - Programa de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área de influência da linha de transmissão 138 KV Novo Progresso - Tocantinzinho, Municípios de Novo Progresso e Itaituba – PA (2016). **4** - Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial nas Áreas de Influência Direta e Indireta do Empreendimento LT Ilha do Marajó (2009). **5** - Diagnóstico arqueológico Subestação (SE) 230 kV Castanhal e Ramais de Seccionamento da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Vila do Conde - Santa Maria, São Francisco do Pará (2009). **6** – Diagnóstico sobre a Situação do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação das Linhas de Transmissão LT 138 KV Epitaciolândia - Rio Branco e LT 69 KV Rio Branco - Sena Madureira (2005). **7** - Prospecção arqueológica na Linha de Transmissão da Eletronorte -Tucuruí/Vila do Conde (1998). **8** - Diagnóstico arqueológico Subestação (SE) 230 kV Castanhal e Ramais de Seccionamento da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Vila do Conde - Santa Maria, São Francisco do Pará (2009). **9** - Diagnóstico sobre o potencial arqueológico nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento LT 138KV Calçoene-Oiapoque/AP (2005).

⁴² NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período Pré-colonial. Tese de Doutorado. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, 2010.

AP-AR-16: Tap Sul 2	Habitação	90m X 120m	+ 1 ha
AP-AR-17: Pedreira	Acampamento	50m X 80m	- 1 ha
AP-AR-18: LT MMX	Habitação	120m X 200m	+ 2 ha
AP-AR-19: Pilha de Estéril Urucum	Habitação	80m X 120m	1 ha
AP-AR-20: Mina do Urucum	Não determinado	Não determinada	ND

Como é possível perceber a partir dos dados apresentados na planilha, dos 18 sítios arqueológicos identificados pelo CEPAP no projeto Amapari: a) 15 são ocupações humanas de áreas para habitação; b) 2 são ocupações humanas de áreas para atividades esporádicas, ou seja, são do tipo acampamento para uso em tarefas como caça e coleta de frutos e c) 2 não têm características determinadas para tipo de ocupação ou uso.

Deste universo, os que receberam análises mais sistemáticas por parte da tese de doutoramento que estudou os sítios foram: 1. AP-AR-04: Barragem do Taboca; 2. AP-AR-05: Cachimbo; 3. AP-AR-09: Testemunho do Urucum; 4. AP-AR-10: GAP; 5. AP-AR-11: Tabocal do Urucum; 6. AP-AR-12: Urucum Leste; 7. AP-AR-13: Pedra; 8. AP-AR-14: Mina AB 1; 9. AP-AR-15: Tap Sul 1; 10. AP-AR-17: Pedreira; 11. AP-AR-19: Pilha de Estéril Urucum.

Como resultados, a tese observou que, deste conjunto de 11 sítios, 81%, portanto, 9 são casos de sítios arqueológicos do tipo habitação, representando ocupações de caráter mais duradouro, conseqüentemente apresentando maiores indícios de atividade humana. Em contrapartida, 18%, deste modo, 2 são casos de sítios do tipo acampamento, representando locais de ocupação temporária para atividades esporádica.

Quanto a datação desses sítios, o mais antigo é o AP-AR-11: Tabocal do Urucum, datando de 8.530 antes do presente (AP) e o mais recente é o AP-AR-13: Pedra, datando de 1.660 depois de Cristo (DC). De praxe na arqueologia, os dados de datação são gerados a partir da coleta de fragmentos de carvão associados a material arqueológico coletado nos sítios e datados a partir do exame de carbono 14. O procedimento ajudou a mostrar que a região onde está situado o projeto Amapari dispõe de uma ocupação não só de longa extensão espacial, mas também temporal.

Já o estudo das características dos artefatos cerâmicos e líticos coletados nos sítios foi realizado a partir da identificação de atributos como matéria prima, forma, decoração e função. Visando a busca por semelhanças, padrões técnicos e relação entre os artefatos dos sítios estudados, foram usados como amostragem 10% do universo total dos artefatos de cada sítio.

Quanto ao tipo de material prima utilizada na fabricação de artefatos líticos, foram identificadas ocorrências de diabásio, quartzo, laterita, arenito e ferro; além do uso de técnica de produção por lascamento e polimento dessas rochas visando a produção de artefatos com variação de dimensão entre 2 e 14,5 cm. Quanto a função, esses artefatos foram identificados como ferramentas de lâminas de machado polido, machados de mão, raspadores, furadores, desbastadores, almofarizes e núcleo para pressão sobre alguma superfície. A opção pelo uso dessas matérias primas para a confecção dos artefatos, provavelmente, se deva a grande oferta dessas rochas tanto nos rios quanto em afloramentos rochosos da região do vale do Amapari.

Quanto ao uso, essas ferramentas foram produzidas para atender às necessidades inerentes a grupos assentados em sítio do tipo habitação, sendo predominantes nos sítios AP-AR-04: Barragem do Taboca e AP-AR-11: Tabocal do Urucum. Seus usos podem ser atribuídos a atividades de construção de acampamentos e aldeias, na elaboração de utensílios domésticos, quebra de ouriços de castanhas, nas atividades domésticas como na limpeza de animais aquáticos e terrestres, na horticultura, no retalhe de carne de caça e na moagem de sementes. Já as ferramentas predominantes em sítios do tipo acampamento foram mais recorrentes nos sítios AP-AR-09: Testemunho do Urucum e AP-AR-13: Pedra, seus usos foram atribuídos a atividades de caça, coleta de alimentos silvestres e cultivados, produção de ferramentas e armas, na construção de armadilhas para capturar animais aquáticos e terrestres, retirada de cascas de frutas e troncos de árvores, além de corte de árvores e galhos.

Importante ressaltar que, em estudos de arqueologia como este, existem manuais que auxiliam o pesquisador a observar formas e funcionalidades de artefatos, informações que são compiladas conforme o tipo (cerâmica⁴³, lítico⁴⁴) período e região onde houve a identificação de artefatos. Nesse sentido, a análise de artefatos líticos desses sítios foi importante para a identificação de que no vale do Amapari houve a manutenção de padrão de comportamento de grupos humanos caracterizados na arqueologia como caçadores-coletores, ou seja, coletividades cuja subsistência era baseada principalmente na caça de animais e coleta de frutos.

Já para a análise de material cerâmico foram selecionados artefatos em condições de permitir a identificação de matérias primas utilizadas, manufatura e a reconstituição da forma de vasilhames a fim de inferir possíveis usos. Assim, foram observados os seguintes formatos de recipientes:

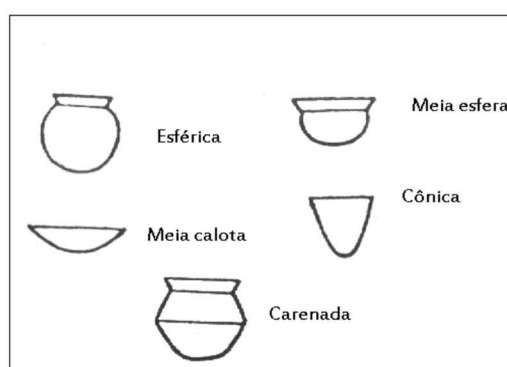


Figura 7 - Formas de vasilhas identificadas no estudo dos sítios do projeto Amapari.

Quanto às técnicas de manufatura, foram identificadas predominância de dois tipos: a) queima completa dos vasilhames, com maior frequência nas técnicas usadas pelos artesãos dos sítios AP-AR-04: Barragem do Taboca, AP-AR-09: Testemunho do Urucum e AP-AR-11:

⁴³ SHEPARD, A. *Ceramics for the archaeologist*, vol. publ. 609. Washington D. C.: Carnegie Institution of Washington, 1956.

⁴⁴ LAMING-EMPERAIRE, Annette. *Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul. Manuais de Arqueologia (2)*. Traduzido por Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. Paraná: Curitiba, 1967.

Tabocal do Urucum; b) queima incompleta dos vasilhames usada com maior frequência nas técnicas usadas pelos artesãos do sítio AP-AR-13: Pedra. Como padrão mais geral para a estruturação dos formatos das vasilhas, percebeu-se que os artesãos se valeram da técnica de acordelamento, ou seja, a superposição de rolos de pasta de argila, associada a modelagem, ou seja, técnica que implica a ação de construir formas e adornos ornamentais de recipientes à mão livre. Os temperos (materiais misturados a argila) das pastas cerâmicas também são variados, havendo ocorrências de quartzo, ferro, manganês e mica, mas com maior predominância de cariapé (raízes).

Quanto a decoração, foram identificadas vasilhas com decoração acromática, ou seja, sem pintura e com a presença de: a) Engobo: tipo de tratamento que consiste em aplicar na superfície do vasilhame, antes de sua queima, uma camada de barro mais espessa com ou sem pigmentos minerais; b) Pintura: técnica que consiste em aplicar pigmentos minerais ou vegetais à superfície cerâmica, ou sobre engobo, antes ou depois da queima. Esta pode estar localizada tanto na superfície externa quanto interna do recipiente, distribuída de modo uniforme ou em padrões.

Ainda, houve casos de decoração acromática, ou seja, sem pintura, mas com a presença de: a) Aplicação: resultado da ação de agregar porções modeladas de pasta/argila sobre a superfície ainda plástica (antes da queima) de uma vasilha; b) Excisão: resultado da ação de remover com um instrumento áreas da superfície da vasilha antes ou depois da queima, sendo que tais porções removidas variam em tamanho, forma e profundidade; c) Incisão: resultado da ação de apertar um instrumento na superfície da pasta ainda plástica, produzindo uma linha em baixo-relevo, que pode ter largura, comprimento e profundidade variáveis; d) Modelagem: implica a ação de construir formas cerâmicas à mão livre. Embora seja uma técnica de fabricação, esta é empregada também como técnica decorativa na produção de apêndices de vasilhames. Nas vasilhas com essas características também foram observados modelagem de formas humanas e de animais como adornos de vasilhames.

A partir das análises da forma, decoração e técnica de manufatura de artefatos cerâmicos, o estudo concluiu que as técnicas de produção permitem perceber pontos de semelhanças de vasilhames nos diferentes sítios, a ponto de tornar-se inegável a consideração de que seus produtores detinham conhecimentos pertencentes e aplicados por um único grupo étnico.

A maioria dos vasilhames usados nos sítios foi produzida localmente para atender o propósito de processar alimentos. Percepção devida ao fato de que a forma de vasilhame predominante nos sítios foi a esférica e ela ter como função conhecida a de facilitar o uso para o preparo de alimentos, dada a facilidade de apoio que o formato permite e, assim, possibilita o uso de fogo sob a base do recipiente. Mas, ainda houve a identificação de vasilhames usados para fins utilitários e cerimoniais, como: armazenamento, preparação, transporte e consumo de alimentos de origem vegetal e animal; além da produção de urnas funerárias para sepultamentos de mortos. Também foram recorrentes a identificação de recipientes cerâmicos usados como assador de beiju e fornos para torrar farinha, artefatos que são referências diretas a inferências de práticas de agricultura por seus produtores.

Mais importante ainda, especialmente pelas características das vasilhas com decoração acromática, o estudo realizado pela tese de doutorado conseguiu associar os artefatos analisados a uma cultura material de amplitude regional, a cultura Koriabo. Esta presente em sociedades com complexidade sociocultural contando com a presença de grupos hierárquicos distribuídos em diferentes espaços de um mesmo território étnico, havendo inclusive controle político entre ambos. Embora o estudo não tenha feito referência e deixado de explorar esse importante dado, até então, havia indícios da existência de artefatos Koriabo em áreas adjacentes ao Amapá: a sul, no rio Xingu, no Pará e, a norte, na Guiana Francesa⁴⁵.

Assim, os dados gerados pelo estudo realizado com a cultura material dos sítios do projeto Amapari atestam teorias renomadas de que, no passado pretérito, a porção oeste do Amapá foi rota de migração de grupos humanos indo em direção a Guiana Francesa para fugir de guerras por disputa de território, inclusive com o branco colonizador do Brasil no período colonial⁴⁶. Pela ausência de estudos de caráter regional no Amapá, até então, essa certeza tratava-se apenas de uma hipótese amplamente discutida na comunidade acadêmica mundial. Com esse estudo, fica provada a presença humana na área do Amapari em passado pretérito, há 2.150 anos e relacionada ao aparecimento da horticultura na Amazônia.

De maneira geral, esses dados demonstram que o grupo humano responsável pelas ocupações de áreas que resultaram nos sítios arqueológicos do projeto Amapari habitava aldeias relativamente pequenas. Provavelmente por questões de defesa, essas aldeias foram assentadas em platôs e contavam com planejada baixa densidade demográfica visando a manutenção da subsistência do grupo diante de limitações ambientais. Assim, seja pelas características de sua cultura material ou a datação do período de sua existência, são comunidades com padrão de comportamento se alinhando as teorias consagradas na arqueologia amazônica para essa época. Estas defendem que tais características eram resultadas de estratégia usadas pelos grupos pré-coloniais que viveram em terra firme para garantir o equilíbrio com o bioma amazônico, uma vez que o ecossistema de terra firme era inapto ecologicamente para assentamentos humanos com alta densidade demográfica⁴⁷.

Além disso, grupos ceramistas praticavam a agricultura com o uso de técnicas pautadas na coivara, ou seja, o corte e queima da floresta para preparo e uso temporário de áreas pequenas, permitindo o cultivo e promovendo o surgimento concentrado de espécies nativas da flora, bem como o controle do desgaste de recursos presentes em porções de um território manejado de forma planejada e controlada. Situação que não só gerava um ecossistema favorável à

⁴⁵ SILVA, Benedito. Paisagens Arqueológicas do Extremo Sul do Amapá: Análise Espacial Intra-sítio no Sítio Arqueológico Laranjal do Jarí I. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Lato Sensu da Universidade Federal do Pará, 2010.

⁴⁶ ROSTAIN, S. L'occupation Amérindienne Ancienne du Littoral de Guyane. Tese de Doutorado. Paris, Centre de Recherche en Archéologie Précolombienne, Université de Paris, 1994.

⁴⁷ BALÉE, William. Historical ecology: premisses and postulates. In: BALÉE, W. (Ed.). *Advances in historical ecology*. New York: Columbia University Press, 1998. p. 13-29.

BALÉE, William. The culture of Amazonian forest. In: POSEY, A.; BALÉE, W. (Ed.). *Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies*. New York: New York Botanical Garden, 1989. p. 1-21.

ocupação humana, ao passo que explica a existência de tantos sítios arqueológicos em longo espaço temporal na área do projeto Amapari, inclusive áreas/sítios para fins habitacionais e áreas/sítios para acampamentos temporários usados para aquisição de alimentos.

Como é possível perceber, esse tipo de análise - que é o fim principal de uma pesquisa arqueológica - só pode ser realizada a partir de amostragens de artefatos selecionadas em sítios arqueológicos de uma dada área, ou mesmo, a escolha de que sítios desta centrar os estudos, conforme feito no exemplo demonstrado pelos resultados do estudo executado pela tese de doutorado abordada e que teve a área do projeto Amapari como objeto de atenção.

Como visto, usando como referência o conjunto de sítios arqueológicos identificados no projeto Amapari, a tese de doutoramento referida se valeu desta lógica para identificar a repetição como características do registro arqueológico destes sítios, selecionando alguns que permitissem a realização de uma análise regional (vários sítios), centrada em padrões de comportamento cultural voltados ao manejo de um território visando o controle do uso dos diferentes recursos ofertados para subsistência humana. O que foi feito, inclusive, amparando os dados e resultados encontrados de maneira alinhada a literatura e teorias consagrada na arqueologia.

Acompanhado a essa lógica e seus resultados inegáveis, reafirma-se nossa alegação de que não é possível defender que impactos causados a um sítio arqueológico parte de um conjunto maior de sítios com mesmas características (artefatos, datações e indícios de padrão de comportamento) geram perdas de informações irreparáveis e, conseqüentemente, prejuízos a memória nacional do lugar/país onde foram identificados.

Ao usar essa tese de doutorado para exemplificar essa situação, chega-se a constatação de que os próprios procedimentos (seleção de sítios específicos a partir da consideração das características e particularidades do conjunto geral de sítios) e resultados gerados com essa tese, bem como o fato de ter sido um estudo desenvolvido e submetido aos rigores técnico-científicos da academia, comprova-se que: a alegação de que qualquer um dos sítios identificados na área do projeto Amapari contém informações que não podem ser recuperadas nos demais sítios, trata-se de uma afirmação que não tem como se sustentar teórica-metodologicamente em arqueologia.

Esse tipo de percepção centrada em objetos únicos e singulares, há muito já é ultrapassada na arqueologia e é tributária de um período em que a compreensão do comportamento humano em determinado ambiente ficava em segundo plano diante da avaliação e exaltação de objetos descontextualizados da ação cultural humana que os produziu, ao mesmo tempo que desconsiderava-se que essa produção se deu em função de necessidades relacionadas a ambientes e recursos naturais que disponibiliza para a subsistência.

Portanto, com a) possibilidade que criou para análises regionais, b) os resultados gerados pela tese de doutorado que tomou como objeto de estudo sítios por ele identificados, em lugar de perda, o licenciamento arqueológico do projeto Amapari gerou acúmulos de conhecimento consideráveis a memória nacional a partir de acréscimos as discussões sobre as ocupações humanas pretéritas na Amazônia. Inclusive, ajudou a comprovar hipóteses levantadas a mais de

duas décadas e que careciam de pesquisas de âmbito regional (vários sítios) para provar que o oeste do Amapá foi rota de passagem pretérita para grupos humanos indo em direção a Guiana Francesa. Além disso, conseguiu derrubar teorias consagradas que, desde os anos 50, defendiam que ambientes da Amazônia não tinham condições manter por longos períodos grupos humanos com complexidade cultural. Fato desmentido pela tese, quando pondera o comportamento dos grupos humanos no vale do Amapari, bem como as características de manejo de recursos de território e da cultura material usada em suas práticas cotidianas.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Amapá ocupa posição de destaque nas discussões sobre o processo de ocupação humana pretérita na Amazônia, especialmente pelas hipóteses levantadas sobre a realidade arqueológica da área do Estado a partir de resultados de estudos executados em regiões vizinhas. Recentes pesquisas arqueológicas realizadas no Amapá têm contribuído para a comprovação ou refutação dessas hipóteses, mas demonstram que a porção oeste do Amapá foi rota de passagem pretérita para comunidades indígenas vindo do Pará em direção a Guiana Francesa. Remontando um período de 8.530 AP, essa situação foi garantida graças ao manejo que essas populações realizavam sobre os recursos naturais presentes no vale do Amapari, área montanhosa cercada pelos dois maiores rios da região, o Amapari e o Araguari.

Mais recentemente, especialmente a partir da década de 1940, esse vale também passou a ser alvo de empreendimentos de exploração mineral, transformando essa região em alvo de atenção redobrada dos órgãos do poder público ligados a licenciamento ambiental e salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico. Circunstâncias subsidiada especialmente pelo aprimoramento de legislação voltada a este fim, como prova a entrada em cena da Portaria Iphan n. 230 de 2002, hoje já substituída pela Instrução Normativa Iphan n. 01 de 2015.

O fato é que foram justamente os licenciamentos arqueológicos desses empreendimentos - e o projeto Amapari é exemplo marcante disso – que permitiram a geração de condições para que o conhecimento sobre o comportamento humano de grupos humanos pretéritos que viveram no que, hoje, é o território do Estado do Amapá fosse produzido e amplamente divulgado na condição de destaque já mencionada.

Mas, não se pode deixar de ponderar que, atualmente, esses licenciamentos são alvos de processos judiciais que apuram impactos a sítios arqueológicos e alegada perda de memória nacional. Em nossas análises sobre essa conjuntura para o projeto Amapari, três pontos têm de ser destacados:

1 – Os procedimentos usados para estabelecer a porcentagem de impactos aos sítios arqueológicos do projeto Amapari não têm sustentação de ordem teórica, legal e metodológica em Arqueologia. Somente quando se adota procedimentos de escavação de solo em condições de mostrar a dispersão de artefatos nas direções horizontais e vertical do solo do sítio é que há a condição de determinar a profundidade e comprimento da camada arqueológica e, portanto, o tamanho do sítio ou mesmo quanto de sua área foi impactada. Procedimentos que, como

demonstrado em vários exemplos deste documento, encontra-se problemático no trabalho de campo do licenciamento arqueológico que o CEPAP realizou na área do projeto.

2 – Embora não tenha tomado medidas mais seguras para mensurar tamanhos de sítios e suas áreas impactadas, os artefatos coletados nestes sítios permitiram a geração de dados importantes sobre a situação do Amapá na arqueologia. Com os procedimentos adotados para seleção de sítios/artefatos e resultados gerados com a tese de doutoramento que estudou os sítios do projeto Amapari, em lugar de perda, o licenciamento arqueológico do projeto possibilitou acúmulos de conhecimento consideráveis para a memória nacional. Como demonstrado neste documento, ao inserir-se em discussões sobre as ocupações humanas pretéritas na Amazônia, o estudo comprovou hipóteses que careciam de análise de abrangência regional (vários sítios) para provar que o oeste do Amapá foi rota de passagem para grupos humanos indo em direção a Guiana Francesa. Além disso, contrapôs teorias consagradas que defendiam que ambientes da Amazônia não tinham condições manter por longos períodos grupos humanos com complexidade cultural. Fato desmentido pela tese quando pondera o comportamento dos grupos humanos no vale do Amapari, seja pelas características de manejo de recursos de território, o longo período de ocupação dessa área ou ainda pela cultura material usada em suas práticas cotidianas.

3 – O documento/orçamento que mensura o valor ao patrimônio arqueológico depredado na área do projeto Amapari por parte de arqueólogos do IEPA é um instrumento, no mínimo, duvidoso e insustentável para uso como parâmetro para estipular tal valoração. Esta posição encontra-se amparada no fato de que os autores do orçamento usaram como parâmetros para essa valoração o que seria equivalente aos custos de serviços necessários à realização de um programa de arqueologia anterior ao início das atividades do empreendedor na área do projeto Amapari. Entretanto, como demonstrado neste documento, os valores auferidos para tal são, no mínimo, insustentáveis no mercado e estão em desacordo, inclusive, com demais orçamentos feitos pelos próprios autores para serviços parecidos.

É importante ressaltar que não estamos de maneira nenhuma considerando que eventuais impactos aos sítios do projeto Amapari não devam receber atenção da justiça com intenções punitivas aos responsáveis por tais atos. Contudo, esses três pontos, evidenciam que os parâmetros usados para tal são impraticáveis tecnicamente para avaliação de depredações de sítios, perda de dados para a memória nacional ou mesmo valoração compensatória em todos os sentidos que teórica, metodologicamente e legalmente podem ser aplicados a salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico no Brasil.

Bibliografia

¹ NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período Pré-colonial. Tese de Doutorado. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, 2010.

¹ HICKS, D.; BEAUNDRY, M.C. The Oxford Handbook of Material Cultures Studies. Oxford: Oxford University Press, 2010.

¹ NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período Pré-colonial. Tese de Doutorado. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, 2010.

SHEPARD, A. Ceramics for the archaeologist, vol. publ. 609. Washington D. C.: Carnegie Institution of Washington, 1956.

¹ LAMING-EMPERAIRE, Annette. Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul. Manuais de Arqueologia (2). Traduzido por Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. Paraná: Curitiba, 1967.

SILVA, Benedito. Paisagens Arqueológicas do Extremo Sul do Amapá: Análise Espacial Intra-sítio no Sítio Arqueológico Laranjal do Jarí I. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Lato Sensu da Universidade Federal do Pará, 2010.

¹ ROSTAIN, S. L'occupation Amérindienne Ancienne du Littoral de guyane. Tese de Doutorado. Paris, Centre de Recherche em Archaeologia Precolombienne, Université de Paris, 1994.

¹ BALÉE, William. Historical ecology: premisses and postulates. In: BALÉE, W. (Ed.). Advances in historical ecology. New York: Columbia University Press, 1998. p. 13-29.

BALÉE, William. The culture of Amazonian forest. In: POSEY, A.; BALÉE, W. (Ed.). Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies. New York: New York Botanical Garden, 1989. p. 1-21.